

“CUIDADO, PRESIDENTE” – A NÃO VIOLÊNCIA COMO COMPROMISSO ÉTICO

“WATCH OUT, MR. PRESIDENT” – NON-VIOLENCE AS ETHICAL COMMITMENT

Victoria Wilson*
vicwilsoncc@gmail.com

Tendo em vista o papel da polidez nas interações sociais, o presente estudo visa analisar uma carta na coluna do jornal *O Globo*, escrita por Fernando Henrique Cardoso (2021), ex-presidente do Brasil, ao então presidente Jair Messias Bolsonaro, considerando o conceito de *face*, de acordo com Goffman (1980), no âmbito da não violência, conforme Butler (2021). A carta é examinada como um projeto enunciativo, segundo a perspectiva bakhtiniana, a partir de uma abordagem qualitativo-interpretativista que permitiu que se buscassem indícios de estratégias linguístico-discursivas, de natureza polida, empregadas pelo signatário. Associados aos conceitos de *face* e ao de forças da não-violência, foram tomados como pressupostos os estudos de Elias (1939/1994) a respeito dos costumes e padrões civilizatórios que se ritualizaram ao longo da história do Ocidente, contrastando com um cenário marcado por movimentos e interações de impolidez e violência. Os resultados mostraram que a carta explicita princípios importantes, pilares fundamentais para a vida e sua continuidade: o princípio democrático, que preza a igualdade como forma de zelo pela vida de todos sem distinção, e a dignidade ou polidez, na reafirmação de uma prática verbal e social pautada na não violência.

Palavras-chave: Face. Polidez. (Não) violência. Projeto enunciativo. Carta.

Considering the role of politeness in social interactions, the present study aims to analyze a letter from a column of the newspaper *O Globo*, written by Fernando Henrique Cardoso (2021), former president of Brazil, addressed to the then president Jair Messias Bolsonaro, in alignment with the concept of face, according to Goffman (1980), in the context of non-violence, according to Butler (2021). The letter is examined as an enunciative project, according to Bakhtin's perspective, from a qualitative-interpretative approach which allowed the search for traces of linguistic-discursive strategies, of a polite nature, employed by the signatory. Associated with the concepts of face and non-violent forces, Elias' studies (1939/1994) on the customs and civilizing patterns that were ritualized throughout Western history were taken as assumptions, contrasting with a scenario marked by movements and interactions of impoliteness and violence. Results showed that the letter explains important principles, fundamental pillars for life and its continuity: the democratic principle, which values equality as a form of zeal for everyone's life without distinction, and dignity or politeness, in reaffirmation of a verbal and social practice based on non-violence.

Keywords: Face. Politeness. (Non) Violence. Enunciative project. Letter.

* Professora Associada da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Membro do grupo de pesquisa Linguagem & Sociedade (UERJ/CNPQ).
ORCID: 0000-0002-5237-8860

•

1. Introdução

Esse trabalho pretende discutir as forças da não violência, no gênero discursivo carta, por meio de atributos como decoro, tato, honra e dignidade. A carta (*vd.* Anexo 1) escrita pelo ex-presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso e publicada no jornal *O Globo*, em sua edição de domingo 04/07/2021, teve como destinatário o então presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro. Com o título “Cuidado, Presidente”, a carta trata da Comissão Parlamentar de Inquérito (doravante CPI), instaurada em abril de 2021, cuja finalidade estava centrada em questionar a administração pública do Ministério da Saúde na condução da pandemia, isto é, em verificar as ações do governo no combate à pandemia e as consequências e repercussões dessas ações na vida dos brasileiros.¹

O objetivo central deste trabalho é analisar as estratégias linguístico-discursivas empregadas na carta a fim de abordar os conceitos de *face* e os rituais de interação, segundo Goffman (1980, 1985) e alguns aspectos da polidez tratada por Brown & Levinson (1987) no que concerne a atos de atenuação de ameaça à face. Somam-se a esses pressupostos a perspectiva conceitual de Butler (2021, p. 25) a respeito da “não violência no campo de força da violência” e as contribuições de Norbert Elias (1939/1994) sobre a história dos costumes. Segundo o sociólogo alemão, as condutas civilizatórias, construídas ao longo dos séculos no Ocidente, são responsáveis pela manutenção de atitudes pautadas na ‘boa educação’, na contenção da expansão de embaraços, maus comportamentos, insultos e ofensas – estes que estão se tornando mais explícitos e corriqueiros em interações presenciais entre as pessoas ou entre elas em suas redes sociais nas comunidades digitais. Como objetivos específicos, este trabalho busca: (i) observar indícios linguísticos e discursivo-pragmáticos presentes no projeto enunciativo da carta que possam ser interpretados como práticas não-violentas; (ii) interpretar as práticas não-violentas identificadas neste projeto enunciativo à luz das teorias de face e polidez e afins.

A motivação para discutir o assunto deve-se ao emprego de um mecanismo retórico no qual a expressão da polidez ou da contenção da violência tem a função de resguardar a face daquele que escreve e daquele a quem se dirige o texto. O mais saliente, porém, é o quanto a carta ilumina um modelo civilizatório pautado em regras de boa educação aprendidas ao longo de alguns séculos e o quanto projeta, nesta luz, o seu oposto: o avanço no patamar do embaraço, do mau comportamento, da violência (verbal e simbólica) e da falta de polidez (*cf.* Elias, 1939/1994).

¹ Não é intuito deste trabalho o alinhamento a uma ou outra tendência político-partidária, ou a um político, especialmente, mas, sim, ressaltar aspectos de um comportamento não violento e eticamente responsável, no âmbito de uma perspectiva discursivo-pragmática da linguagem, oferecendo uma reflexão crítica da situação em análise, isto é, os desdobramentos políticos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada para investigar, neste caso específico, a condução do governo federal durante a pandemia no Brasil. A CPI da Pandemia foi instalada em 27 de abril de 2021 com prazo de três meses de funcionamento e foi prorrogada por mais 90 dias, segundo fonte da Agência Senado (2021, 14 de julho). A CPI concluiu seus trabalhos no dia 26/10/2021, com a aprovação do relatório por 7 votos a 4, no qual foi pedido o indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro por nove crimes.

Diz Volochinov: “Na palavra, eu dou forma a mim mesmo do ponto de vista do outro e, por fim, da perspectiva de minha coletividade” (Volochinov, 2017, p. 205). “Cuidado, presidente”, título do artigo, é um dos atos pragmáticos em que o autor da carta opta por aproximar-se de seu interlocutor, de forma mais eloquente, com o fim de alertá-lo ou convencê-lo acerca de um perigo iminente: o *impeachment* presidencial. Ao longo da carta, porém, outros recursos se fazem notar para minimizar possíveis danos às faces envolvidas na busca por uma linguagem eticamente ativa e responsável.

Em termos metodológicos, a análise qualitativa e interpretativista é a que norteará a leitura e a observação de enunciados, por meio de marcas linguístico-discursivas e textuais que expressem um comportamento polido pautado pelas ‘boas maneiras’, ou seja, por um comportamento ‘não violento’, desejável e provavelmente esperado entre ocupantes de cargos públicos na condição de chefes de Estado. O que se espera de representantes da nação é que se comportem como estadistas, conseqüentemente, respeitando os protocolos do cargo, comprometendo-se com uma postura de (auto)respeito e dignidade.

2. Dos aspectos teóricos e metodológicos

A pesquisa está inserida no campo da Linguística Aplicada em *interface* com a Pragmática, articulando-se a leitura da carta, material da pesquisa, às ações performativas da linguagem na construção de um modo de dizer coerente com o gênero discursivo, com o suporte (jornal impresso de grande circulação nacional) e com a relação entre os interlocutores: um ex-presidente da República, signatário da carta, dirigindo-se ao presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, cuja gestão teve início em 1 de janeiro de 2019 até o fim de seu mandato em 31 de dezembro de 2022.

A abordagem qualitativa e interpretativista permite que se proceda à leitura e à observação da carta na busca por indícios linguísticos, discursivos e expressivos que expressem e retratem um modo de dizer compatível com a ‘liturgia do cargo’ do enunciatador, como já mencionado, um ex-presidente da República reportando-se ao presidente da nação em exercício. A ocupação do cargo presidencial requer de seus membros comportamento pautado no decoro e no compromisso com os limites éticos e constitucionais de acordo com as normas baseadas em experiências e valores previamente compartilhados.

A carta em questão ocupa uma página central do jornal *O Globo* e, ainda que não tenha um caráter oficial e institucional, modela-se de acordo com as condições de produção, ajustando-se a certa liturgia enunciativa, aos protocolos estilísticos do gênero: é onde se aplica o conceito de *estilo do gênero*, na perspectiva bakhtiniana, uma vez que o estilo

é indissociável de determinadas unidades temáticas e – o que é de especial importância – de determinadas unidades composicionais: de determinados tipos de construção do conjunto, de tipos de seu acabamento, de tipos da relação do falante com outros participantes da comunicação discursiva – com os ouvintes, os leitores, os parceiros, o discurso do outro, etc. (Bakhtin, 2003, p. 266).

Em referência à comunicação discursiva, a carta não é um gênero discursivo cuja interação se estabelece face a face nos termos definidos por Goffman (1985, p. 23) para interação, como “a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata”. No entanto, as contribuições de Goffman podem se estender para além das fronteiras das trocas verbais face a face para compreendê-las em outros modelos de interação que não sejam aqueles em copresença. Também podemos associar às contribuições goffmanianas a concepção dialógica da linguagem tal como proposta na perspectiva dos estudos do Círculo de Bakhtin, se consideramos a carta como um gênero cujo projeto enunciativo prevê o outro e suscita uma resposta (ainda que não seja dada no exato momento de sua enunciação). Na perspectiva discursiva bakhtiniana, a palavra é sempre orientada para o interlocutor e, especialmente, “para *quem* é esse interlocutor.” (...) “Em sua essência, *a palavra é um ato bilateral*. (...) Toda palavra serve de expressão ao ‘um’ em relação ao ‘outro’” (Volochinov, 2017, pp. 204–205, grifo do autor).

A natureza dialógica da linguagem compreende uma orientação social: a situação forma o enunciado, diz Volochinov: “*A situação social mais próxima e o ambiente social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, de dentro a estrutura do enunciado*” (*idem*, p. 206, grifo do autor). É a partir desta perspectiva que se busca capturar a orientação social da carta, na voz de seu enunciador: o que a palavra como ato bilateral expressa e oculta em termos de costumes que se civilizaram, talvez até se cristalizaram com base em experiências passadas pautadas no que se entende ou se toma (também com base em experiências passadas, coletivas) como bons costumes, honra, dignidade, apreço, compostura em oposição à falta de cortesia, decoro e civilidade quando se trata de rituais de interação.

Destaca-se que o conceito de civilidade foi se elevando à categoria de “comportamento social aceitável” nos cursos dos séculos XVI e XVII, como nos explica Norbert Elias (1939/1994, p. 111), expandindo-se ao longo dos séculos, com variações em função das próprias temporalidades e de acordo com os timbres locais, modelando a manifestação de emoções, ‘humanizando-as’, ‘civilizando-as’, dentro dos limites dos padrões sociais de cada época/sociedade. Padrões sociais em rituais de interação também são referidos por Goffman (1980) e estão sujeitos a movimentos autorreguladores entre os participantes, às regras morais responsáveis pela manutenção do equilíbrio interacional. Diz o autor que o ritual é uma forma de atrair, mobilizar os indivíduos a aderirem a este conjunto de regras interacionais. É através do ritual que o indivíduo: “é ensinado a ser perceptivo, a ter sentimentos ligados ao *self* e expressar o *self* através da face, a ter orgulho, honra e dignidade, a ter consideração, tato e uma certa quantidade de *aplomb*” (Goffman, 1980, p. 107).

Tais atributos compreendem um leque de comportamentos associados ao controle de emoções, isto é, à polidez. Na visão de Brown e Levinson (1987), que retomam e adaptam o conceito de face de Goffman, a polidez é definida como a auto-imagem pública dos indivíduos e está ligada a processos de elaboração de face e sua preservação pelos indivíduos em suas interações verbais, uma vez que estas, na concepção dos autores, constituem atividades ameaçadoras da face. Daí o aparelhamento pelos indivíduos de estratégias linguísticas que visam amenizar os denominados atos de ameaça à face

(AAFs). A essa ideia subjaz outra: a de que as faces dos indivíduos são vulneráveis podendo ser perdidas na interação. Logo, a preservação das faces seria, nesta concepção, uma atividade regulatória fundamental para a manutenção do equilíbrio das interações.

Na realização de atos que podem causar danos à interação, a polidez funciona como estratégia central neste papel regulador de controle de emoções, sobretudo, das hostis ou das que expressam violência verbal, ou ainda daquelas que podem causar embaraço aos participantes. Os trabalhos citados por Norbert Elias sobre boas maneiras entre os séculos XVI e XVII, na Europa Ocidental, mostram como:

Forçadas a viver de uma nova maneira em sociedade, as pessoas tornam-se mais sensíveis às pressões das outras. Não bruscamente, mas bem devagar, o código de comportamento torna-se mais rigoroso e aumenta o grau de consideração esperado dos demais. O senso do que fazer e não fazer para não ofender ou chocar os outros torna-se mais sutil e, em conjunto com as novas relações de poder, o imperativo social de não ofender os semelhantes torna-se mais estrito, em comparação com a fase precedente. (Elias, 1939/1994, p. 91)

Segundo o autor, as obras do período referido funcionam como instrumentos de condicionamento e são indícios de hábitos que vão se construindo, adaptando-se e modelando novas formas de comportamento. E mostram, “através do que censuram e elogiam, a divergência entre o que era considerado, em épocas diferentes, maneiras boas ou más” (*idem*, p. 95). Os próprios conceitos de cortesia, civilidade e civilização também assinalam fases de desenvolvimento social e não são processos lineares; sofrem as injunções temporais e locais. As transformações das sociedades feudais para as sociedades aristocráticas, e, mais tarde, a ascensão da burguesia e da família alteram padrões de comportamento que, por sua vez, vão se enraizando à medida que vão se ritualizando, tornando-se naturais.

O autor confere especial atenção ao papel da família neste processo modelador e controlador dos impulsos e das emoções até chegar às sociedades democráticas industrializadas. Os sentimentos de vergonha e os tabus, a censura e o autocontrole datam deste período industrial até se constituírem como “pressão normativa da sociedade” no século XX com a consolidação da classe média. Porém, todos esses movimentos são complexos. Trata-se de “(...) processos naturais e históricos [que] se influenciam mútua e inseparavelmente”, afirma o autor; todas as formas de emoções tais como as conhecemos acontecem “em condições sociais específicas e reagem, por sua vez, sobre o processo sócio-histórico como um de seus elementos.” (*idem*, p. 161–162).

Portanto, a polidez e a expressão de afeto a ela associada estão sujeitas às variações temporais e históricas; estão associadas a movimentos das classes sociais, como vimos, por exemplo, no modo como o comportamento polido relacionava o sujeito às suas origens, marcando a distinção social de classes, acentuando o prestígio social de uns sobre os outros e marcando simbolicamente a divisão de poder. Sobre esse assunto, Oliveira destaca o seguinte:

A marca de distinção tornava-se uma prática de ilusão, ou seja, adquirir uma identidade significava se comportar em público como uma espécie de palco, de cenário, onde a

representação de elementos simbólicos garantia a inserção do sujeito no mundo aristocrático: ‘ser’ era simular. (Oliveira, 1999, p. 2, grifo do autor).

A partir do século XX, outras transformações sociais alteraram o *modus operandi* da polidez em que a autoimagem pública, ainda que desejosa de aprovação, buscava não mais uma representação ‘cortês’, mas ainda uma performance calcada no “simulacro”, fingindo “ser o que não se é” (*idem*, pp. 3–4). O autor explica como a sociedade burguesa rejeita a vulgaridade em busca da sociabilidade, operando como um “marketing dos bons sentimentos” para dar sentido às relações” (*idem*, p. 4), e, assim, produzindo idealizações identitárias, daí simulacros: “O simulacro e a polidez adquirem o prestígio de um núcleo de produção de identidades fixas que se revelam unicamente no ‘parecer” (*ibidem*).

É Goffman quem emprega os termos representação e face (fachada) para definir as atividades humanas em situações de interação. Para ele, representação refere-se a “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência”; e fachada corresponde ao “equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante a sua representação” (Goffman, 1985, p. 29). Ou ainda: corresponde ao “valor social positivo que uma pessoa reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular” (Goffman, 1980, p. 77). Para o autor, os indivíduos, considerados atores, desempenham papéis em suas interações, e assim continuamos na ordem do simulacro e no campo das idealizações, uma vez que no processo de socialização, “a busca é para atender às expectativas da sociedade: quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade” (*idem*, p. 41). Isto porque, na visão de Goffman, espera-se que os participantes se alinhem às faces e aos sentimentos ligados a elas. Em linhas gerais, haveria, por parte dos participantes da interação, uma motivação para a preservação das faces o que demandaria também por parte de cada um conhecimento, perceptividade e habilidade neste manejo de lidar com as faces.

Isto posto, gostaríamos de destacar a opção pela polidez e compostura do enunciador da carta ao se dirigir ao seu interlocutor. O destaque não seria necessário se no cenário político atual não fôssemos testemunhas dos ataques sistemáticos aos princípios democráticos proferidos pelo presidente em exercício em suas ‘representações’ públicas, replicados por seus seguidores nas mídias digitais. Em suas aparições, é frequente o uso de modalidades discursivas de desqualificação do outro (seus ‘inimigos’) e também por vezes a opção por uma linguagem de teor ofensivo àqueles que não se identificam com suas ideias e valores, ou mesmo o interpelam, como forma indícios de uma das estratégias empregadas com frequência², o que contraria os fundamentos pautados nos princípios de civilidade e sociabilidade, resultando na falta de compostura e decoro compatível com o cargo.

² Tabela do Relatório disponível em FENAJ (2021, p. 13). De acordo com esse relatório, o presidente da República, em relação a outros grupos de agressores, lidera em percentuais o número de ataques à imprensa (175 casos, equivalendo a 40,89%) em 2020.

Deste modo, compreendemos, neste trabalho, que a polidez empregada, na carta, constitui-se como uma opção estilística, um projeto discursivo-pragmático socialmente orientado, não apenas para realçar as boas maneiras de seu enunciador e que fazem jus ao cargo e à sua posição política como ex-chefe da nação, mas como uma forma de não violência, isto é, “uma questão ética no interior do próprio campo de força da violência” (Butler, 2021, p. 37). A não violência³ – respaldada por manobras reparadoras de face – adquire uma tonalidade política, na perspectiva aqui adotada, no sentido de representar “uma prática de resistência que se torna possível, se não obrigatória, precisamente no momento em que a perpetração da violência parece ser o mais justificável e óbvio” (*ibidem*). A autora propõe, baseada na biopolítica, que se pense a não violência: “não apenas como a ausência de violência, ou o ato de se abster de cometer violência, mas também como um compromisso permanente. Ou mesmo como um modo de redirecionar a agressão com o propósito de reafirmar os ideais de igualdade e liberdade” (*ibidem*).

Butler lança o desafio de se pensar a violência e a não violência em termos relacionais e não como termos controversos, no interior de uma “filosofia dos laços vitais e sustentáveis” (*idem*, p. 29). “A interdependência social caracteriza a vida” (que também traz a questão da destrutividade e de sentimentos de ira e indignação) e toda interdependência “implica igualdade social”, afirma a autora (*ibidem*). E a violência seria um ataque a esta interdependência, uma vez que atacaria não somente as pessoas, mas os laços sociais, conseqüentemente, configurando um ataque à igualdade, daí não faz sentido pensar a não violência sem um compromisso com a igualdade. E o que motivaria a exigência do compromisso da não violência com a igualdade? Segundo Butler, o motivo corresponde a práticas sociais de valorização de algumas vidas sobre outras, o que resulta no rompimento da igualdade dos laços sociais, ou seja, em práticas de desigualdade. A desigualdade é uma prática violenta, típica da contemporaneidade, que a não violência pode e deve ‘atacar’. A ética da não violência deve pressupor e afirmar o valor igual das vidas e a distribuição diferencial do direito ao luto (*cf.* Butler, 2021, p. 58): neste caso, não pode haver vidas não enlutáveis, pois todas as vidas têm direito ao luto:

A suposição de um igual direito ao luto não seria apenas uma convicção ou uma atitude com a qual outra pessoa nos saúda, mas um princípio que ordena a organização social da saúde, alimentação, moradia, emprego, vida sexual e vida cívica. (*idem*, p. 59)

Nesse sentido, o eixo sobre o qual este trabalho se sustenta repousa na compreensão da força ilocucional dos atos polidos (usos da polidez), entendidos no corpo do projeto enunciativo da carta que aborda a condução da saúde (e vida) da população, na pandemia, e na concepção pragmática da linguagem, de acordo com Jacob Mey (Nascimento Silva, 2014): atos pragmáticos são atos que não ocorrem sozinhos e são formulados numa situação particular, o que implica também conceber o contexto na mesma perspectiva dinâmica e relacional.

Dessa forma, o projeto enunciativo pautado nos usos da polidez pode iluminar o princípio democrático no campo das forças violentas e não violentas no sentido proposto

³ A não violência inclui a violência; conflitos e destrutividade fazem parte dos laços sociais, conforme Butler (2021)

por Butler: o do compromisso com o direito social da existência nos termos em que a “biopolítica pede que consideremos não apenas o que conta como vida, mas de quem é a vida considerada digna de ser preservada” (Butler, 2021, p. 66).

3. A carta: “Tentei escapar, mas é quase inevitável falar sobre a CPI...”

A carta, publicada no jornal *O Globo*, em 2021, pelo ex-presidente da República brasileira, Fernando Henrique Cardoso⁴, tem como foco a defesa dos princípios éticos, contra a corrupção, no trato do dinheiro público em relação aos custos da pandemia. Dirigida a um interlocutor imediato e muito especial pela importância no contexto político do país, isto é, o presidente da República Jair Messias Bolsonaro em exercício (2019-2022) e a leitores (implícitos) do jornal, a carta é elaborada em um tom de respeito, consideração e tato ao tratar de um tema, de certa forma, delicado e espinhoso, a saber: a CPI⁵ e seus desdobramentos que possam acenar para um provável *impeachment* presidencial.

O contexto/ *ethos* interacional (ou a cenografia) é representado em termos: (i) da intenção discursiva, ou seja, do projeto de discurso do enunciador ao abordar a CPI com o propósito de advertir seu destinatário imediato sobre um provável *impeachment*; (ii) e da composição e comunicação discursiva, isto é, a interação verbal (não em copresença) entre o locutor e seus demais leitores implícitos, além do próprio presidente). Este quadro interativo torna-se também responsável pelo estabelecimento e pela expansão de significados e sentidos do conteúdo da carta além daqueles evocados explicitamente. Para Maingueneau (2005, p. 75):

O enunciador não é um ponto de origem estável que se “expressaria” dessa ou daquela maneira, mas é levado em conta em um quadro profundamente interativo, em uma instituição discursiva inscrita em uma certa configuração cultural e que implica papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos, um suporte material e um modo de circulação para o enunciado.

Neste quadro interativo, a intenção discursiva, associada ao propósito comunicativo, ocupa um papel central no projeto discursivo do locutor. A escolha da carta

⁴ “Fernando Henrique Cardoso, popularmente conhecido como FHC, foi um cientista político e sociólogo brasileiro que ganhou notoriedade por ter sido um dos criadores do Plano Real, o plano que estabilizou a economia do Brasil. Isso permitiu que ele fosse eleito presidente do Brasil na eleição de 1994” (Neves Silva, s/d). Filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi o 34.º presidente da República Federativa do Brasil entre 1995 e 2003.

⁵ Desde a publicação da carta em 04/07/2021, até a data de finalização deste trabalho, em 19/11/2021, a CPI avançou, encontrando muitos indícios de fraude, corrupção na condução da pandemia. Neste interregno, o presidente, em manifestação, no dia da Independência do Brasil, 07 de setembro, atacou publicamente instituições públicas, na figura de seus ministros Alexandre de Moraes, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil e presidente do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil (TRE) – e Luis Roberto Barroso, Ministro do Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF) e ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil (TER), indicando uma ação contrária aos princípios básicos da democracia. Dias após a manifestação, vieram a público as reações do ministro da Justiça Luis Fux e do ministro Barroso, como as dos presidentes da Câmara, Arthur Lira e do Senado, Rodrigo Pacheco, em defesa da democracia.

como gênero, em canal midiático, em página central do jornal, em espaço distinto daquele destinado às cartas do leitor, representa o teor político que o jornal deseja imprimir à matéria, por um lado, e, por outro, expressa a opção estratégica do enunciador. Estratégia no sentido de evidenciar modos de dizer que visam à aproximação de seu destinatário imediato, convocando-o a uma resposta, bem como ao alcance, em maior escala, do público leitor do jornal, os leitores implícitos, na tentativa de, provavelmente, obter maior adesão e repercussão política às ideias propagadas no texto. Acrescente-se o fato de que “a posição institucional do orador e o grau de legitimidade que ela lhe confere contribuem para suscitar uma imagem prévia”, conforme palavras de Amossy (2005, p. 137), na construção de uma imagem de si. Fernando Henrique Cardoso, não obstante as divergências político-partidárias, tem um peso político ainda forte no cenário nacional brasileiro e representa uma voz de autoridade portadora de poder e legitimidade. Retomando Amossy (*idem*, p. 135), “A interação é regrada não somente por estratégias verbais, mas também por jogos de poder simbólicos.”

De acordo com a autora, “a carta aberta inscreve diretamente um leitor implícito que pode ser reconstruído a partir dos valores, das normas e das competências que lhes são colocadas à disposição” (*idem*, p. 132). Neste caso, a carta aberta desempenha uma dupla função em razão de uma imagem de si construída pelo locutor: ao se dirigir ao seu interlocutor explícito, o locutor convoca leitores implícitos que representam seus pares para assim compartilhar valores e ideologias. Logo, “a imagem que o locutor constrói em seu discurso é modelada pelas representações sociais que ele julga partilhadas por cada uma das frações de seu público” (*idem*, p. 134) e não especial e exatamente àquele a quem ele se dirige abertamente, ainda que o faça por meio de vocativos explícitos ao longo do texto (*vd.* Anexo 1), como mostraremos a seguir.

Introduzida com uma espécie de pedido de desculpas, ou uma justificativa para ser publicada (“Tentei escapar, mas é quase inevitável falar sobre a CPI e os fatos que levam a ela”), a carta é conduzida pelo signatário em que ele assume o papel de porta-voz (e porta-voz de autoridade como já mencionado) daqueles que estariam indignados com a corrupção e o desvio de verba e gasto público na condução da pandemia, como também se jacta o próprio governo, cuja bandeira está assentada na propagação da anticorrupção. A justificativa apresentada pode ser explicada, seja como uma forma de o locutor mitigar uma possível ofensa ao alocutário, que se insinua no alerta do título (“Cuidado, presidente”) e na apresentação de uma falha, logo no início do texto, seja nas formas de alinhamento com seus pares ou interessados na matéria. Vejamos o *lead* e os parágrafos iniciais da carta:

Maior falha de Bolsonaro na compra de vacinas é dar sensação à opinião pública de que não avaliou corretamente o tipo de problema que havia, que era grave.

Tentei escapar, mas é quase inevitável falar sobre a CPI e os fatos que levam a ela. Não gosto de personalizar e menos ainda, por motivos óbvios, quando se trata do presidente. Tratarei de não o fazer, embora seja difícil.

O caso parecia banal: uma tentativa de gastar dinheiro público, sem critério. Mas não era: Não só porque há certa irritação no país com relação ao desvio de finalidades no uso do

dinheiro dos contribuintes, mas porque, no caso, trata-se de um governo que se jacta de ser cuidadoso nessa matéria (obrigação de qualquer presidente que se preze). E também porque os fatos em tela se dão no âmbito de uma pasta, a da Saúde, diretamente ligada à luta contra a pandemia, a qual torna a vida de cada um de nós arriscada. Portanto, o olhar da opinião pública fica ainda mais atento para tudo o que se passa em seu âmbito e no dos setores do governo a ele ligados.

Devido à gravidade do fato relatado, eleva-se o risco de o destinatário comprometer a sua imagem (face) e, conseqüentemente, provocar um dano à face de seu interlocutor, o que o leva a dizer que se esforçará para não personalizar a situação: “Não gosto de personalizar e menos ainda, por motivos óbvios, quando se trata do presidente. Tratarei de não o fazer, embora seja difícil.”

Não há indícios no texto da carta de que o projeto enunciativo do signatário esteja centralizado no ataque ao presidente ou à sua pessoa, não obstante ele tenha vindo a público chamá-lo à responsabilidade e convidá-lo a refletir sobre as conseqüências resultantes da CPI que podem levar ao *impeachment* no caso. A tentativa de despersonalizar o discurso é uma forma de manter, inclusive, o distanciamento social e afetivo, prática de polidez identificada por autores como Lakoff (1973) e Brown & Levinson (1987). Nesta prática, evidencia-se também a sub-máxima da não imposição, formulada por Lakoff (1973). Usada em situações formais, a estratégia da não imposição justifica-se devido às relações entre os interlocutores da carta, ambos com posições institucionais de relevo, embora assimétricas: um ex-presidente e um presidente em exercício; e às imposições inerentes ao estilo do gênero e àquelas concernentes ao veículo de comunicação, o jornal *O Globo*, jornal de grande circulação nacional.

A atitude de distanciamento e não-imposição é mantida ao longo da carta, em alguns pontos mais do que em outros, construindo uma imagem do locutor pautada por um *ethos* de modéstia, integridade e respeito. Há momentos em que o signatário chega a trazer para si o custo da interação, nos moldes descritos por Leech (1983), maximizando o dano pessoal, (“Quem está na chuva se molha como eu me molhei...”) em prol da valorização da imagem do destinatário, (“Não quero dizer que se deva generalizar o que aconteceu, nem deixar de reconhecer o efeito, louvável, de o governo prestar atenção ao que ocorre com os fundos públicos”) como na seqüência abaixo:

Não quero dizer que se deva generalizar o que aconteceu, nem deixar de reconhecer o efeito, louvável, de o governo prestar atenção ao que ocorre com os fundos públicos. Não deveria agora desviar o olhar. E não se trata só do presidente, mas do conjunto da administração: o chefe dela paga o preço de erros dos quais sequer toma conhecimento. Quem está na chuva, se molha, como eu me molhei, mesmo não sendo responsável direto por alguns erros...

Na primeira parte em destaque, ao louvar a ação do governo, enfatiza-se a máxima da aprovação, segundo Leech (1983), pois o locutor parece ratificar aquele tipo de código ritual em que se combinam duas tendências responsáveis pela manutenção das faces: o auto-respeito e a consideração (Goffman, 1980, p. 81). Na segunda parte, ao se incluir como protagonista de uma situação semelhante na ocasião em que foi presidente, o

locutor opta por neutralizar os danos às respectivas faces, desculpando-se a si mesmo e ao outro: “Quem está na chuva, se molha, como eu me molhei, mesmo não sendo responsável direto por alguns erros...”.

Apesar de uma mudança de tom que se verifica em outro trecho da carta, a mesma linha adotada repete-se na manutenção das faces e das máximas que encobrem o custo ao destinatário na busca de uma atitude de solidariedade e compreensão recíproca quanto às responsabilidades que recaem sobre os chefes de estado:

[...] recordo-me do caso do apagão, quando eu, entusiasmado com a construção de novas hidroelétricas, não me dei conta de outros problemas; sei, por ter ocupado as funções que ocupei, que o responsável maior não pode saber o que se passa em cada setor da administração, nem a ele se pode atribuir “culpa” por desvios de recursos que não maneja diretamente.

Em nosso entendimento, trata-se de recursos pragmáticos que visam amenizar as acusações que recaem sobre o destinatário, mas que serão expressas de forma mais explícita, sem mitigação, no momento seguinte, na sequência em que o locutor constata a “incompetência” e o “descaso” do governo na administração de recursos do Ministério da Saúde. Itens lexicais são usados como recursos linguísticos e expressivos que elevam o tom de desaprovação como se pode notar em: “por isso mesmo; pasma ver...; pior, chega a assustar o pouco caso”:

Por isso mesmo, pasma ver quanta incompetência e descaso na administração de coisas tão importantes como o que ocorre com recursos do Ministério da Saúde. Pior, chega a assustar o pouco caso inicial da autoridade máxima com os eventos que ocorreram naquela pasta. A alegação de desconhecimento pode até ser verdadeira (recordo-me do caso do apagão, quando eu, entusiasmado com a construção de novas hidroelétricas, não me dei conta de outros problemas de distribuição de energia que já atormentavam o povo e terminaram por “balançar o coreto”).

Sei, por ter ocupado as funções que ocupei, que o responsável maior não pode saber o que se passa em cada setor da administração, nem a ele se pode atribuir “culpa” por desvios de recursos que não maneja diretamente. Mas, uma vez sabidos os casos, há que mostrar irritação e há que jogar ao mar os “culpados”, pois é forte a reação que eles provocam em quem deles não participou e é sua vítima: o eleitorado. Foi nisso, principalmente que *falhou o presidente*. Deu sensação à opinião pública de que não avaliou corretamente o tipo de falha que havia, que era grave. (grifos meus)

A linha de compostura, apoiada na minimização de custos para o outro em favor da dignificação da honra e reputação, oscila, nas próximas sequências da carta, para uma conduta na direção da explicitação de problemas do atual governo. Desse modo, encontramos evidências de modalizações discursivas menos sutis e mais enérgicas, enfatizando as falhas, o que se revela por meio de termos e expressões de contra-expectativas, tais como o operador de contrajunção ‘mas’, seguido de expressões que performatizam uma ordem: “Mas, uma vez sabidos os casos, há que mostrar irritação e há que jogar ao mar os ‘culpados’”. Ainda que não personalize diretamente o destinatário

(“deu sensação à opinião pública de que não avaliou corretamente o tipo de falha que havia, que era grave”) os enunciados que se seguem apontam para um ato de desaprovação que coloca em risco a face do presidente: “Foi nisso, principalmente que falhou o presidente.”

As críticas negativas e as suspeitas quanto a desvios em outras áreas do governo vão se intensificando à medida que outros fatos vão despontando, por associação, e se desenrolando em uma narrativa que coloca em xeque a credibilidade do presidente na alegação de que os políticos só cuidam mesmo de seus interesses pessoais e de seus familiares, além de os imiscuírem na coisa pública. Aqui, uma ironia sutil se faz sentir quando o signatário faz uma alusão a um certo nepotismo presente no governo atual:

Fica-se sempre com a sensação: se ocorrem desvios na Saúde, por que não em outros casos? E é por aí que os governos podem se perder. A memória coletiva forma-se assim nessa matéria. O povo já pensa, em geral, que *los de arriba* de outra coisa não cuidam que de seus interesses pessoais ou no de seus familiares e amigos. E logo agora quando temos um governo no qual os filhos, embora alguns eleitos, têm tanta presença. O fato só parece confirmar a crença antecipada do povo.

O signatário prossegue em seus atos de ameaça à face ao presidente de modo mais explícito, sendo mais duro em suas críticas, em substituição àquele tom inicial mais apaziguador, adotando, de fato, uma postura de autoridade. Na sequência da carta, novas pinceladas vêm arranhar a fachada presidencial, para destacar o descaso do governo e das altas esferas políticas no tratamento dispensado à situação como se nota nesse caso: “Não há, portanto, como considerar mero equívoco a pouca atenção inicial dada pelos altos círculos políticos aos acontecimentos.”

A primeira parte do enunciado: “não há, portanto, como considerar mero equívoco”, é emblemática: as relações morfossintáticas e semânticas deságuam numa rede de ações performativas que responsabilizam diretamente os envolvidos por supostos desvios. Não se trata de “mero equívoco”, eis a conclusão, “portanto”: exclui-se, com esta afirmação, a possibilidade de se tratar de um ‘mero’ descuido o desconhecimento do presidente em relação ao fato. E, como pontua o locutor, “a mídia estará sempre pronta” para alertá-lo sobre tropeços, falhas, “descuidos”, desvios.

Não há, portanto, como considerar mero equívoco a pouca atenção inicial dada pelos altos círculos políticos aos acontecimentos. A mídia estará sempre pronta – é seu dever – para fazê-los recordar, seja insistindo em matéria já sabida, seja indicando caminhos que podem levar a outros tropeços.

Como podemos notar, o alerta ao presidente se intensifica como numa espécie de desnudamento do ‘rei’. A neutralização de conflito cede lugar ao desmascaramento dos meandros do jogo político que podem levar ao *impeachment* presidencial, porque o “poder é cruel”, declara o locutor. Afirma-se, assim, o projeto enunciativo da carta, destacando-se o respeito aos valores da democracia sobre qualquer vontade política soberana: “Mas ... o que fazer? Se o próprio presidente não cuidar de inibir os atos capazes de favorecerem a ação do Congresso nesse sentido, ela acaba ocorrendo. Ainda há tempo

para consertar o rumo.” Transfere-se a responsabilidade para o presidente em exercício, convocando-o a ‘tomar as rédeas’ e corrigir a situação, não obstante a prudência no trato quanto à manutenção de uma conduta alinhada ao *ethos* da solidariedade (“Não torço por impeachments”).

Não torço por impeachments, nem por novos desvios de dinheiro público, mesmo que nos levem a isso. Já votei por um impeachment e acompanhei outro, quando já não era mais senador. O custo para a memória democrática é sempre elevado. Mas... o que fazer? Se o próprio presidente não cuidar de inibir os atos capazes de favorecerem a ação do Congresso nesse sentido, ela acaba ocorrendo. Ainda há tempo para consertar o rumo. Mas, com a proximidade das eleições, o jogo político voltará a pressionar. Não adianta jogar a culpa na mídia ou “nos políticos”: trata-se de um sinal de alerta a ser devidamente compreendido pelos que exercem o poder. E o poder é cruel. Principalmente quando alguém dele é retirado pelo voto dos congressistas e não pelo voto do povo.

Nas sequências finais, não obstante um comportamento de preservação das faces e alinhamento com o alocutário, há nitidamente uma acentuação do desconforto do locutor com o silêncio e o aparente descaso do governo com a saúde e os resultados dessa atitude. Há um entrecruzamento de forças ilocucionais, variando em intensidade em termos da dimensão performativa dos atos, que integram o teor e a tonalidade da carta como na sequência abaixo nos trechos em destaque:

Por tudo isso, presidente, atue enquanto há tempo. Um pouco mais que ele transcorra e já será tarde. Quando acontecer o inevitável, se não houver reação prática de sua parte, de pouco adiantarão os queixumes. Ação já, é o que o país espera. Quem elege o presidente é o povo. Este, às vezes erra. Paciência. É melhor aguentar o quanto possível do que tentar usar o bisturi do Congresso para “acelerar” a história. Não digo isso “da boca para fora”. Resisti quanto pude a impeachments de presidentes; até que ... chega a hora. Estamos longe dela e espero que não ocorra. Mas, reafirmo: abra os olhos presidente. Querendo ou não, se for tarde, as lágrimas podem não ser de crocodilo, mas não serão suficientes para evitar o que por ora parece ser longínquo. (grifos meus)

Tais performativos – pedido, alerta, advertência, ordem, ameaça – sinalizam o projeto discursivo e caracterizam e reforçam a imagem de si e a voz desse locutor no desenho do quadro interativo. Nas palavras de Amossy,

A construção discursiva de uma imagem de si é suscetível de conferir ao orador sua autoridade, isto é, o poder de influir nas opiniões e de modelar suas atitudes. [...] Para todas as abordagens que valorizam a eficácia da fala, o *ethos* não é somente uma postura que manifesta o pertencimento a um grupo dominante, ele é uma imagem de si construída no discurso que influencia opiniões e atitudes. (Amossy, 2005, p. 142)

Parafraseando a autora no exemplo de Jean Giorno na carta aberta aos camponeses (*idem*, p. 134), compreendemos que, da carta aberta de Fernando Henrique Cardoso ao então presidente em exercício, podemos extrair um “duplo *ethos*” (*ibidem*): (i) a representação do homem/ líder íntegro, em sintonia com a população; (ii) a voz de

autoridade (na figura de um ex-presidente), em sintonia com os anseios sociais mais profundos, como a dignidade humana (a saúde e a sobrevivência em meio à pandemia) e os princípios democráticos. O discurso do ex-presidente traduz-se no campo da força da não violência, um apelo dramático à manutenção dos laços sociais em que está em jogo a vida e quem tem direito a ela, isto é, “[...] a não violência como questão de moralidade individual dá lugar a uma filosofia dos laços vitais e necessários”, conforme declara Butler (2021, p. 29). A autora constrói sua reflexão e sua filosofia na interdependência social, sustentação da vida. E argumenta que o ataque a esta interdependência é um ataque aos laços sociais, às pessoas e à igualdade: “E, assim, a interdependência, embora pressuponha diferenciais de independência e dependência, implica igualdade social: ou cada pessoa é constituída e sustentada por relações em que depende de algo, ou algo depende dela” (*ibidem*).

Nesse sentido, o projeto discursivo da carta, edificado em estilo ‘elegante’ e polido, pode ser interpretado como um projeto de conotação política, em contraste com o projeto político vigente. Naquele, a sustentação ancora-se no campo da não violência, na defesa da vida e de todas as vidas que importam. Por esta razão, Jacob Mey não hesita em destacar o potencial da pragmática em sua relação e integração com a vida social:

A pragmática então deveria se preocupar em ver como a comunicação e o uso da língua de um modo geral estão lá para fazer a sociedade melhor, para permitir que mais pessoas possam participar da vida societal. Não se constrói a sociedade com alguma ideia abstrata de democracia, mas fazendo as pessoas se organizarem para explicitar seus problemas, encontrar soluções para eles, se articularem num nível local. Tudo isso é muito pragmático. Tem a ver com o modo como as pessoas constroem a língua para se comunicar e, ao se comunicarem, como elas reafirmam a organização social e tudo aquilo que torna a sociedade um conceito viável. (Nascimento Silva, 2014, p. 176)

4. Considerações finais

O signo é dialógico e ideológico na perspectiva bakhtiniana. A essa concepção relacional e política do signo procurei alinhar a perspectiva defendida por Butler (2021) a respeito da vida humana também relacional e interdependente para refletir sobre a carta endereçada ao presidente da República do Brasil. A carta desenha um projeto enunciativo muito claro no qual seu signatário defende dois princípios, no meu entender, que constituem pilares fundamentais para a vida e sua continuidade: o princípio democrático, que zela pela vida de todos sem distinção (consequentemente pela igualdade), e a dignidade ou polidez, ou boas maneiras, na reafirmação de uma prática verbal e social não violenta. Sobre esta prática, a carta apresenta indícios fortes do cuidado do ex-presidente ao se dirigir a seu destinatário principal, alertando-o sobre o perigo de um possível impeachment devido ao tratamento dispensado ao povo brasileiro durante a pandemia conforme averiguação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O estilo, polido e respeitoso, caracterizou todo o texto da carta. A neutralização de atos agressivos ou ofensivos foi equilibrada entre as opções: (i) pelo recurso da “modéstia depreciativa” (Goffman, 1980, p. 85) – nos vários momentos de alinhamento e reciprocidade entre o signatário da carta e seu destinatário em prol do equilíbrio ritual e

do zelo público das faces; (ii) e pelo “tato” (*idem*, p. 83) – em alusões e insinuações em que o signatário, apesar do confronto, ainda dava opções para o seu interlocutor imediato, na intenção de resguardar, reciprocamente, a postura compatível com a hierarquia e o cargo. Tanto a modéstia depreciativa quanto o tato ou a diplomacia podem ser lidos na interpretação de Butler sobre as formas não violentas. Segundo a autora: “Devemos combater aqueles que estão comprometidos com a destruição, sem reproduzir a sua destrutividade” (Butler, 2021, p. 62).

Por outro lado, foi possível observar também uma mudança de tom ao longo da carta. As ameaças veladas foram se tornando mais explícitas e no lugar da aderência às regras, houve um grande esforço por parte do signatário “para quebrá-las com segurança” (Goffman, 1980, p. 107), mantendo, ainda, o compromisso com a liturgia do cargo (que ocupou como presidente da República) e com os protocolos do gênero discursivo (estilo) e de seu projeto enunciativo. São as regras morais que as pessoas *adquirem* e são estas as responsáveis pela regulação dos laços sociais e que as tornam humanas. A humanização, portanto, deriva de “exigências estabelecidas pela organização ritual dos encontros sociais” (*ibidem*).

Enfim, a carta traz indícios fortes de um compromisso ético com a igualdade e com o respeito a todas as vidas, o que significa um apelo à manutenção dos valores democráticos. E segundo Butler:

É precisamente porque podemos destruir que temos a obrigação de saber por que não devemos destruir e evocar os contrapoderes que freiam essa capacidade de destruição. A não violência se torna uma obrigação ética à qual estamos ligados precisamente porque estamos ligados aos outros. (Butler, 2021, p. 119)

Referências

- Agência Senado. (2021, julho 14). *CPI da Pandemia é prorrogada por mais 90 dias*. Senado Notícias. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/14/cpi-da-pandemia-e-prorrogada-por-mais-90-dias>
- Amossy, R. (2005). O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In R. Amossy (Org.), *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. (pp. 119–144). Contexto.
- Bakhtin, M. (2003). *Estética da criação verbal*. Martins Fontes.
- Brown, P. & Levinson, S. (1987). *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge University Press.
- Butler, J. (2021). *A força da não violência: um vínculo ético-político* (H. Regina Candiani, Trad.). Boitempo.
- Cardoso, F. H. (2021, julho 4). *Cuidado, presidente!* O Globo. <https://oglobo.globo.com/politica/fernando-henrique-cardoso/coluna/2021/07/cuidado-presidente-25089590.ghtml>
- Elias, N. (1994). *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. (R. Jungman, Trad.) (2.^a ed., Vol. 1). Zahar. (original publicado em 1939)
- FENAJ (2021). *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. Relatório 2020*. Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf
- Goffman, E. (1980). A elaboração da face. In S. A. Figueira (Org.), *Psicanálise e ciências sociais*. (pp. 76–114). Francisco Alves.

- Goffman, E. (1985). *A representação do eu na vida cotidiana*. (M. C. Santos Raposo, Trad.). Vozes.
- Lakoff, R. T. (1973). The logical of politeness; or minding your p’s and q’s. *Papers from the XIX Regional Meeting of The Chicago Linguistics Society* (pp. 292–305). Chicago University Press.
- Leech, G. (1983). *Principles of pragmatics*. Longman.
- Maingueneau, D. (2005). Ethos, cenografia, incorporação. In Amossy, R. (Org.), *Imagens de si no discurso: a construção do ethos* (pp. 69–92). Contexto.
- Nascimento Silva, D. (2014). Pragmática, sociedade (e a alma), uma entrevista com Jacob Mey. *D.E.L.T.A* 30 (1) 161–179. <https://doi.org/10.1590/S0102-44502014000100009>
- Neves Silva, D. (s/d). *Biografia de Fernando Henrique Cardoso*. Brasil Escola. <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/fernando-henrique-cardoso.htm>
- Oliveira, J. A. (1999). Polidez, a virtude do simulacro. *Uniletras*, 21, 1–7.
- Volochinov, V. (2017). *Marxismo e filosofia da linguagem*. (S. Grillo & E. Vólkova Américo, Trads.). Editora 34.

[submetido em 19 de novembro de 2011 e aceite para publicação em 15 de dezembro de 2022]

Anexo 1

Cuidado, presidente

Maior falha de Bolsonaro na compra de vacinas é dar sensação à opinião pública de que não avaliou corretamente o tipo de problema que havia, que era grave.

Tentei escapar, mas é quase inevitável falar sobre a CPI e os fatos que levam a ela. Não gosto de personalizar e menos ainda, por motivos óbvios, quando se trata do presidente. Tratarei de não o fazer, embora seja difícil.

O caso parecia banal: uma tentativa de gastar dinheiro público, sem critério. Mas não era. Não só porque há certa irritação no país com relação ao desvio de finalidades no uso do dinheiro dos contribuintes, mas porque, no caso, trata-se de um governo que se jacta de ser cuidadoso nessa matéria (obrigação de qualquer presidente que se preze). E também porque os fatos em tela se dão no âmbito de uma pasta, a da Saúde, diretamente ligada à luta contra a pandemia, a qual torna a vida de cada um de nós arriscada. Portanto, o olhar da opinião pública fica ainda mais atento para tudo o que se passa em seu âmbito e no dos setores do governo a ele ligados.

Não quero dizer que se deva generalizar o que aconteceu, nem deixar de reconhecer o efeito, louvável, de o governo prestar atenção ao que ocorre com os fundos públicos. Não deveria agora desviar o olhar. E não se trata só do presidente, mas do conjunto da administração: o chefe dela paga o preço de erros dos quais sequer toma conhecimento. Quem está na chuva, se molha, como eu me molhei, mesmo não sendo responsável direto por alguns erros...

Por isso mesmo, pasma ver quanta incompetência e descaso na administração de coisas tão importantes como o que ocorre com recursos do Ministério da Saúde. Pior, chega a assustar o pouco caso inicial da autoridade máxima com os eventos que ocorreram naquela pasta. A alegação de desconhecimento pode até ser verdadeira (recordo-me do caso do apagão, quando eu, entusiasmado com a construção de novas hidroelétricas, não me dei conta de outros problemas de distribuição de energia que já atormentavam o povo e terminaram por “balançar o coreto”).

Sei, por ter ocupado as funções que ocupei, que o responsável maior não pode saber o que se passa em cada setor da administração, nem a ele se pode atribuir “culpa” por desvio de recursos que não maneja diretamente. Mas, uma vez sabidos os casos, há que mostrar irritação e há que jogar ao mar os “culpados”, pois é forte a reação que eles provocam em quem deles não participou e é sua vítima: o eleitorado. Foi nisso, principalmente que falhou o presidente. Deu sensação à opinião pública de que não avaliou corretamente o tipo de falha que havia, que era grave.

Fica-se sempre com a sensação: se ocorrem desvios na Saúde, por que não em outros casos? E é por aí que os governos podem se perder. A memória coletiva forma-se assim nessa matéria. O povo já pensa, em geral, que *los de arriba* de outra coisa não cuidam que de seus interesses pessoais ou no de seus familiares e amigos. E logo agora quando temos um governo no qual os filhos, embora alguns eleitos, têm tanta presença. O fato só parece confirmar a crença antecipada do povo.

Não há, portanto, como considerar mero equívoco a pouca atenção inicial dada pelos altos círculos políticos aos acontecimentos. A mídia estará sempre pronta — é seu dever — para fazê-los recordar, seja insistindo em matéria já sabida, seja indicando caminhos que podem levar a outros tropeços.

Não torço por impeachments, nem por novos desvios de dinheiro público, mesmo que nos levem a isso. Já votei por um impeachment e acompanhei outro, quando já não era mais senador. O custo para a memória democrática é sempre elevado. Mas... o que fazer? Se o próprio presidente não cuidar de inibir os atos capazes de favorecerem a ação do Congresso nesse sentido, ela acaba

ocorrendo. Ainda há tempo para consertar o rumo. Mas, com a proximidade das eleições, o jogo político voltará a pressionar. Não adianta jogar a culpa na mídia ou “nos políticos”: trata-se de um sinal de alerta a ser devidamente compreendido pelos que exercem o poder. E o poder é cruel. Principalmente quando alguém é dele retirado pelo voto dos congressistas e não pelo voto do povo.

Por tudo isso, presidente, atue enquanto há tempo. Um pouco mais que ele transcorra e já será tarde. Quando acontecer o inevitável, se não houver reação prática de sua parte, de pouco adiantarão os queixumes. Ação já, é o que o país espera. Quem elege o presidente é o povo. Este, às vezes erra. Paciência. É melhor aguentar o quanto possível do que tentar usar o bisturi do Congresso para “acelerar” a história. Não digo isso “da boca para fora”. Resisti quanto pude a impeachments de presidentes; até que... chega a hora. Estamos longe dela e espero que não ocorra. Mas, reafirmo: abra os olhos presidente. Querendo ou não, se for tarde, as lágrimas podem não ser de crocodilo, mas não serão suficientes para evitar o que por ora parece ser longínquo.